

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 18 de setembro de 2025 às 07h48
Seleção de Notícias

Migalhas | BR

Direitos Autorais

IA generativa e direitos autorais: Proteção da criação e a liberdade	3
<small>DANIELLE CAMPELLO</small>	

Propriedade Intelectual

MIGALHAS nº 6.187	5
<small>AMANHECIDAS MIGALHAS</small>	

MSN Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Atlético-MG aciona INPI para impedir uso da marca 'Galo' por clube campeão no Paraná	15
<small>MSN</small>	

Rede Sul de Notícias | BR-PR

Propriedade Intelectual

Unicentro abre inscrições para Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual	16
--	-----------

Universidade Federal de Sergipe - Notícias | BR-SE

16 de setembro de 2025 | Marco regulatório | INPI

UFS abre inscrições para a 5ª edição do Programa Minha Patente	17
---	-----------

Estadão.com.br - Últimas Notícias | BR

Direitos Autorais

Quanto eu deveria receber quando a IA consome meus livros?	18
---	-----------

Revista Globo Rural Online | BR

Marco regulatório | INPI

Inovação avança três vezes mais no agro do que em outros setores, diz estudo	21
<small>AUTOR MARCOS FANTIN</small>	

Folha do Estado Online | BR-BA

Marco regulatório | INPI

Você sabia que um exame de patente pode ser adiantado?	22
<small>REDAÇÃO</small>	

Gazeta do Povo - Online | BR-PR

Propriedade Intelectual

Presidente da Câmara dos EUA acusa China de roubar propriedade intelectual	24
---	-----------

IA generativa e direitos autorais: Proteção da criação e a liberdade



O debate sobre o PL 2338/23 busca equilibrar **direitos** autorais e inovação em IA generativa, discutindo transparência, viabilidade técnica e riscos regulatórios.

IA generativa e **direitos** autorais - Entre a proteção da criação e a liberdade para inovar Danielle Campello
O debate sobre o PL 2338/23 busca equilibrar **direitos** autorais e inovação em IA generativa, discutindo transparência, viabilidade técnica e riscos regulatórios. quarta-feira, 17 de setembro de 2025
Atualizado em 16 de setembro de 2025 13:55 Compartilhar Comentar Siga-nos no A A

A discussão sobre a regulação da IA - Inteligência Artificial no Brasil avança em complexidade e relevância. A Comissão Especial sobre Inteligência Artificial da Câmara dos Deputados promoveu um debate técnico sobre o PL 2.338/23, com foco nos impactos da IA generativa sobre os **direitos** autorais, tendo como ponto central das discussões foi o treinamento de modelos de IA, que exige a mineração de dados em larga escala (TDM - Text and Data Mining).

abpi.empauta.com

Esse processo não envolve a cópia literal de obras, mas sim a aprendizagem estatística, em que os algoritmos assimilam padrões para gerar novos conteúdos. Apesar disso, a proposta do art. 62 do PL, ao exigir o detalhamento de todas as obras usadas nos bancos de dados, foi amplamente criticada por sua inviabilidade técnica e risco de inviabilizar a inovação.

Um caminho alternativo, defendido por especialistas e que considero mais proporcional, é a substituição dessa exigência por um sumário dos data sets utilizados, associado ao modelo de opt-out: autores que não desejarem a inclusão de suas obras no treinamento poderiam sinalizar essa restrição de forma clara e legível por máquina. Essa solução equilibra transparência, liberdade de escolha dos criadores e viabilidade tecnológica.

Outro ponto fundamental é reconhecer que treinamento não equivale a uso direto de obras protegidas. A proposta de um conceito de fair training ajuda a esclarecer essa diferença: os dados funcionam como insumos técnicos para aprendizado, sem reprodução integral, de forma análoga ao processo humano de assimilação e generalização. Assim, a responsabilização e eventual remuneração devem recair apenas sobre os outputs quando estes reproduzirem ou competirem diretamente com obras autorais.

Entidades de gestão coletiva e representantes da imprensa, no entanto, defenderam a remuneração tanto pelo input quanto pelo output. Ainda que legítima, essa demanda esbarra em dificuldades práticas já enfrentadas em outros países, como a impossibilidade de identificar com precisão todas as obras utilizadas em bases massivas de dados.

Um excesso regulatório, nesse contexto, pode trazer sérios riscos: encarecimento do desenvolvimento de IA, afastamento de investimentos e concentração do

Continuação: IA generativa e direitos autorais: Proteção da criação e a liberdade

poder tecnológico em empresas estrangeiras. Isso comprometeria não apenas a soberania digital, mas também as oportunidades econômicas de autores, pesquisadores e startups brasileiras.

O desafio, portanto, é construir um marco regulatório que concilie a proteção dos criadores com a liberdade para inovar, garantindo segurança jurídica e eficiência econômica. O PL 2.338/23 representa uma oportunidade histórica para que o Brasil adote um modelo equilibrado, inspirado em boas práticas internacionais, mas adequado às nossas necessidades e ao potencial de inovação nacional.

Mais do que restringir, a lei deve incentivar acordos

espontâneos, fomentar a transparência e criar mecanismos objetivos de responsabilização para outputs infrativos. Só assim será possível estabelecer um ambiente regulatório moderno, que proteja a criação intelectual sem sufocar a **inovação** tecnológica que pode transformar a economia e a sociedade brasileira.

Danielle Campello Advogada especialista em Compliance e Proteção de Dados no escritório Di Blasi, Parente & Associados. Di Blasi, Parente & Associados

MIGALHAS nº 6.187

AMANHECIDAS



Quarta-Feira, 17 de setembro de 2025 - Migalhas nº 6.187.

Fechamento às 08h02.

Registro

Migalhas anuncia que, a partir de hoje, conta com mais um Fomentador:

Contraktor

()

"Toda autoridade é competente para reconhecer o seu erro e repará-lo."

Rui Barbosa

Condenação injusta

6ª turma do STJ, por unanimidade, negou provimento ao recurso do MP/PR e manteve a anulação das condenações no famoso Caso Evandro. Relator, ministro Sebastião Reis Júnior reconheceu a ilicitude das provas obtidas mediante tortura e destacou que, mesmo após o pedido formal de perdão pelo Estado do Paraná, o Ministério Público insistiu na condenação. O resultado do julgamento será comunicado ao CNJ e ao CNMP para eventuais medidas institucionais. ()

O Caso Evandro

Em 1992, o menino Evandro, de seis anos, desapareceu em Guaratuba/PR e foi encontrado morto
abpi.empauta.com

dias depois. Sete pessoas foram acusadas pelo crime, e quatro chegaram a ser condenadas. Anos depois, vieram à tona gravações que revelaram confissões obtidas sob tortura, divulgadas em 2020 pelo podcast Projeto Humanos, de Ivan Mizanzuk. Em novembro de 2023, o TJ/PR anulou as condenações, reconhecendo a ilicitude das provas. ()

Sumiço de crianças

Em junho de 2020, o caso Evandro ressurgiu também no contexto da prisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro. Para entender melhor, só vendo a reportagem que Migalhas fez na época. ()

Pauta robusta e decisiva

A decisão narrada na abertura da edição de hoje deste nosso vibrante matutino é apenas uma das relevantes questões apreciadas ontem pelo STJ. O leitor migalheiro, no entanto, pode ficar tranquilo que, a seguir, será tudo destrinchado. Antes, dê uma lida no breve editorial, e logo após veja as notícias.

Editorial

Alguns processos que chegam ao Judiciário trazem carga verdadeiramente explosiva, capazes de alterar - e, por que não, remodelar - a sociedade em que vivemos. Questões que, por anos, permaneceram à sombra podem, quando submetidas a investigação séria e a processo legítimo, ter o condão de fortalecer as instituições.

Não fosse a soberba e a imprudência dos autoproclamados "golden boys" da Lava Jato, aquele teria sido um desses casos paradigmáticos. Pois bem: o 8 de Janeiro - o Dia da Infâmia -, herculeamente conduzido pelo ministro Alexandre de Moraes, certamente é o modelo de um deles. O processo sobre as emendas parlamentares, sob relatoria do ministro Flávio Dino, também. E há outro, no gabinete do mi-

nistro Kássio Nunes Marques, de idêntico porte.

Mas, salvo melhor juízo, o que atualmente reúne os elementos mais disruptivos está nas mãos do ministro André Mendonça. Trata-se, por ora, de uma simples petição (14.462), oriunda de inquérito que tramita na 3ª vara Federal Criminal de São Paulo (2024.0073042) e que, provavelmente por envolver autoridades com foro, chegou ao STF. É o escândalo do INSS - e basta observar o bulício em Brasília, alimentado pela CPMI, para ter ideia do que se oculta e logo poderá vir a lume.

O ministro André Mendonça é conhecido por sua meticulosidade e prudência quase pastorais no trato das questões que lhe são submetidas. De modo que nada deve passar despercebido. Boa sorte ao ministro - e que Deus nos ilumine a todos.

Nervosismo justifica?

6ª turma do STJ validou busca domiciliar sem mandado judicial após o abordado demonstrar nervosismo e, segundo os autos, indicar que havia drogas em sua residência. Ministros Schietti e Sebastião ficaram vencidos. Schietti alertou para o risco de práticas subjetivas e arbitrárias, e afirmou que levará o tema à 3ª seção do STJ para uniformização do entendimento. ()

Estanques necessários

Sobre o tema acima, uniformizar - ou ao menos fixar balizas claras - evitaria que as turmas do STJ oscilassem a cada julgamento. Sem esse norte, os tribunais inferiores acabam navegando à deriva.

Tragédia de Brumadinho

6ª turma do STJ começou a julgar recurso do MPF contra decisão que trancou a ação penal contra o ex-presidente da Vale, Fábio Schvartsman, denunciado por crimes ambientais e pelas mortes na tragédia de Brumadinho. Relator, ministro Sebastião

Reis Júnior votou pelo prosseguimento da ação, ao entender que a decisão violou o devido processo legal ao antecipar juízo de mérito e usurpar a competência do Tribunal do Júri. O julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Rogerio Schietti. Ambos julgadores, diga-se de passagem, mineiros, são do Estado onde se deu a tragédia. ()

Dou-lhe uma; dou-he duas; dou-lhe três

STJ decidiu que credor que arremata imóvel em leilão judicial por valor inferior ao da avaliação não precisa depositar a diferença. Relator na 4ª turma, ministro Raul Araújo defendia cálculo com base na avaliação oficial, mas prevaleceu a divergência do ministro Noronha, que equiparou o credor a qualquer licitante, bastando que a proposta não seja considerada preço vil. O caso envolveu um condomínio que arrematou imóvel de R\$ 1,42 milhão por R\$ 852 mil. ()

Valor do lance

É válido leilão de imóvel arrematado por apenas 2% do valor da avaliação, quando não há proposta maior. Assim entendeu a 3ª turma do STJ. Relator, ministro Cueva lembrou que a reforma da lei de falências (14.112/20) afastou o antigo conceito de preço vil, exigindo que eventual impugnação seja acompanhada de oferta concreta superior. ()

Direito de provar

3ª turma do STJ anulou sentença que havia rejeitado ação monitória por falta de provas, sem permitir ao credor, representado por curador especial, a chance de juntar novos documentos ou produzir outras provas. ()

Segurança do consumidor

3ª turma do STJ condenou a Electrolux a indenizar jovem que, em 2009, aos 3 anos, teve o braço amputado ao tentar colocar uma sandália em máquina de lavar

em funcionamento. Para a relatora, ministra Nancy Andrichi, houve falha no projeto do eletrodoméstico e omissão de informações nos manuais. ()

Responsabilidade de quem?

4ª turma do STJ começou a julgar se clínica médica responde por erro de anestesista contratado como PJ. O caso envolve paciente que sofreu graves complicações após falha em intubação. O placar está em 2 a 2: ministros Noronha e Raul Araújo votaram contra a clínica, enquanto Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira a responsabilizaram. Julgamento foi suspenso após pedido de vista do ministro Marco Buzzi. ()

Prazo estendido?

3ª turma do STJ começou a julgar se juiz pode se retratar de sentença terminativa após o prazo de cinco dias previsto no CPC. Para o relator, ministro Humberto Martins, é possível. Ele entende que o prazo não é rígido e o juízo de retratação busca privilegiar a decisão de mérito. ()

Execução milionária

3ª turma do STJ analisa pedido de suspensão de execução que saltou de R\$ 300 mil para R\$ 144 milhões. Relatora, ministra Nancy Andrichi negou o efeito suspensivo ao recurso especial; ministra Daniela Teixeira abriu divergência, alegando falhas na decisão de 1ª instância e risco de dano irreparável. ()

Foro

STJ analisa cláusula que fixa Londres como foro em contrato marítimo. Relatora Daniela Teixeira reconheceu a competência da Justiça estrangeira, afastável apenas em caso de hipossuficiência comprovada. ()

Sem dolo

2ª turma do STJ afastou improbidade contra ex-prefeito que fracionou licitações para confraternizações municipais. Colegiado considerou que não restou comprovado dolo ou dano efetivo, requisitos exigidos pela nova lei de improbidade. ()

Regime especial

2ª turma do STJ entendeu que previsão de lucros no contrato social de clínica formada por casal de médicos não transforma a sociedade simples em empresária, mantendo a alíquota fixa do ISS. ()

Batismo em plenário

Durante sessão da 4ª turma do STJ, um advogado confundiu o santo, digo, o nome do ministro João Otávio de Noronha, chamando-o de "José Noronha". Ao perceber o erro, pediu desculpas, e o ministro, em tom bem-humorado, respondeu que estava sendo "rebatizado": João virou José. Nas Escrituras, João (o que anuncia) e José (o que acolhe) caminham lado a lado - e no STJ, pelo visto, até ministro entra no Novo Testamento. ()

PEC da blindagem

Câmara aprovou a PEC 3/21, apelidada de PEC da blindagem ou das prerrogativas, que amplia a proteção de deputados e senadores em processos criminais. ()

Tributação de honorários

Receita Federal definiu tributação de honorários em caso de parcerias: as sociedades de advogados poderão reconhecer como receita bruta apenas a parcela dos honorários que lhes couber, nos termos do contrato firmado. ()

Justiça gratuita

TST definiu que justiça gratuita na execução não retroage, e professor terá de arcar com honorários fi-

xados em decisão já transitada em julgado. ()

Dress code online

Um aviso curioso foi percebido por advogado que pretendia ser atendido no balcão virtual do TJ/RJ: o texto solicita que a pessoa esteja "devidamente vestida" ao manter a câmera ligada. A orientação faz lembrar uma série de episódios constrangedores em atendimentos remotos, como advogado no banho e parte em vaso sanitário. ()

Matrículas liberadas

Flávio Dino reconsiderou decisão e autorizou que universidades municipais já em funcionamento possam matricular novos alunos e cobrar mensalidades, inclusive em campi fora da cidade-sede, ao considerar que impedir novas matrículas poderia comprometer a sustentabilidade das instituições e prejudicar alunos e professores. ()

Ofensa racial

Bolsonaro e União foram condenados a pagar R\$ 1 milhão cada por danos morais coletivos após episódios de ofensa racial por parte do ex-presidente. Em 2021, Bolsonaro comparou o cabelo black power de um apoiador a "criação de baratas". ()

Mais uma dele

TRT-19 manteve o bloqueio de contas das filhas gêmeas de Fernando Collor ao entender que transferências feitas pelo ex-presidente às herdeiras configuram indícios de fraude à execução trabalhista. ()

Acordo

Sócios e diretor da Fast Shop, investigados por participação em esquema de desvio de recursos públicos por meio de créditos irregulares de ICMS, firmaram acordo com o MP/SP. O compromisso prevê o pa-

gamento de R\$ 100 milhões, a devolução dos valores desviados e a implantação de um programa de compliance para reforçar os controles internos da empresa. ()

Jornada reduzida

TST reconheceu o direito de técnica de enfermagem de reduzir sua jornada em 50%, sem corte salarial, para cuidar do filho com paralisia cerebral. ()

Apelido pejorativo

TRT-4 determinou que empresa indenize funcionário alvo de assédio moral praticado por colegas pelo uso do apelido pejorativo "patrola" durante 25 anos. ()

Sem ritmo de festa

Juiz determinou que o SBT suspenda o uso das músicas do catálogo da Sony Music após descumprimento contratual e violação de **direitos** autorais. ()

Injustiça

Homem que ficou preso por 530 dias preventivamente com base em reconhecimentos fotográficos e pessoais realizados de forma irregular será indenizado pelo Estado de SP em R\$ 386,8 mil. ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas.

Colunas

UMA Migalhas

Laura de Godoy e Lyzie Perfi analisam como médicos que espalham fake news agravam a queda vacinal no Brasil. A prática ameaça a saúde pública e já

motiva um projeto de lei que busca criminalizar a desinformação sobre vacinas. ()

Migalhas Notariais e Registrais

Carlos E. Elias de Oliveira trata do cabimento de inventário extrajudicial mesmo quando houver partilha desigual ou partilha sem levar em conta cada bem individualizado. ()

Reforma do Código Civil

Ricardo Campos explora como a reforma do CC integra contratos digitais e smart contracts, conectando tradição civilista à **inovação** tecnológica. ()

Meio de campo

Rodrigo R. Monteiro de Castro analisa os negócios entre partes relacionadas nas SAFs e os compara criticamente com a prática nos clubes tradicionais. ()

Migalhas de peso

- "Diferenças jurídicas relevantes entre imóvel rural e agrário - Implicações legais", por Bárbara Fonseca Finardi (LEMOS Advocacia Para Negócios). ()

- "Subvenções de ICMS: A guerra infinita entre o fisco e o contencioso judicial", por Bruno Aviani Jucá da Costa Valença, Giovana Sousa Ferreira, Gustavo Borges de Melo e Menndel Assunção Oliver Macedo (Menndel & Melo Advocacia). ()

- "Quais documentos podem ajudar a superar uma rejeição de visto dos EUA devido à falta de vínculos (Seção 214b)?", por Witer Desiqueira (Witer, Pessoni & Moore an International Law Corporation). ()

- "Deepfake e IA generativa: Ainda dá para separar o ovo da galinha?", por Marina Morais (ABRADEP). ()

- "Nulidades e cláusula de não-concorrência", por Pe-

dro Marcos Nunes Barbosa e Livia Barboza Maia (Denis Borges Barbosa Advogados). ()

- "Além da taxa média do Bacen: Como o repetitivo do STJ redefine os critérios de abusividade nos contratos bancários", por Paula A. Abi Chahine Yunes Perim, Camila Pelafsky de Almeida Oliveira e Carolina da Silva Marques (Lobo de Rizzo). ()

- "A imutabilidade da natureza jurídica do crédito extrajudicial e a ineficácia de sua inclusão no quadro de credores", por Daniel Fioreze (Silva & Silva Advogados Associados). ()

- "Reforma tributária do consumo: A contagem regressiva começou e sua empresa não pode ficar para trás", por Renato de Andrade Bento (Ronaldo Martins & Advogados). ()

- "Robôs humanos? A batalha silenciosa pela saúde mental nas linhas de montagem", por Andréa Arruda Vaz (Andréa Arruda Vaz Advocacia). ()

- "Planos de saúde e OPMEs: Panorama normativo e jurisprudencial atualizado", por Bernardo Franke Dahinten e Augusto Franke Dahinten (De Rose Advogados). ()

- "Contratos agrários e comerciais no agronegócio", por Marcia Heloisa Pereira da Silva Buccolo (Edgard Leite Advogados Associados). ()

- "Monitores corporativos independentes anticorrupção e antitruste: O que são? O que fazem? Onde vivem? Quais suas vantagens e desvantagens?", por Amanda Athayde, Rafael Szmíd e Pedro Henrique Ache Buturi (Pinheiro Neto Advogados). ()

- "IA generativa e **direitos** autorais - Entre a proteção da criação e a liberdade para inovar", por Danielle Campello (Di Blasi, Parente & Associados). ()

- "Onipresença fiscal: Como as normas americanas,

brasileiras e multilaterais vêm diluindo o conceito de contribuinte no contexto transnacional", por José Rubens Scharlack (Scharlack - Advocacia de Planejamento Internacional). ()

- "Possibilidade de tomada de crédito de PIS/Cofins sobre dispêndios com pesquisas minerais infrutíferas", por Helena Gontijo Duarte de Oliveira (Martinelli Advogados). ()

Apoiadores

para conhecer os festejados Apoiadores de Migalhas

Novo Fomentador

Migalhas vem contando com o apoio de institutos, editoras, faculdades, associações e empresas de eventos para trazer sempre vantagens aos leitores. São os Fomentadores do Direito brasileiro. Temos o privilégio de anunciar que Migalhas conta a partir de hoje com a participação de mais um Fomentador do Direito:

Contraktor

A Contraktor é uma plataforma online para gestão completa do ciclo de vida de contratos e documentos. Ela permite criar, editar, revisar, aprovar, assinar e gerenciar documentos de forma 100% digital. A solução utiliza inteligência artificial para resumir, extrair e analisar dados dos contratos automaticamente. Além da assinatura eletrônica e digital, a ferramenta oferece funcionalidades como organização de fluxos de trabalho, criação de alertas de prazos e armazenamento seguro em nuvem. O objetivo é otimizar processos, reduzir custos e garantir a segurança e a conformidade legal dos documentos. e conheça o novo Fomentador do Migalhas.

Anote na agenda! Lançamento

No próximo dia 8/10, das 18h30 às 21h, Migalhas lança o livro "Marcelo Navarro Ribeiro Dantas - 10

anos no Tribunal da Cidadania", que celebra uma década de atuação do ministro Ribeiro Dantas na Corte da Cidadania. A coletânea reúne artigos e homenagens de companheiros da magistratura, familiares e amigos, que reconhecem a contribuição ímpar do homenageado para a construção da jurisprudência penal e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Aguardamos vocês! ()

Top Lawyers 2025

Escritório Imaculada Gordiano Sociedade de Advogados está novamente entre os destaques da consagrada publicação "Top Lawyers", dedicada aos mais conceituados escritórios de advocacia do Brasil. ()

Nova sócia

Demarest Advogados anuncia Carolina Mascarenhas como nova sócia na área de Reestruturação e Insolvência do escritório. ()

Contra a violência

Estão abertas as inscrições para o Prêmio #Rompa, iniciativa do TJ/SP e da Apamagis para reconhecer e divulgar práticas voltadas ao enfrentamento da violência de gênero em SP. ()

Falecimento

Faleceu, aos 102 anos, Francisco Ferreira de Castro, advogado que marcou a história como primeiro presidente da OAB/DF. O advogado também foi vice-governador do Piauí e deputado Federal. ()

Baú migalheiro

Há 238 anos, em 17 de setembro de 1787, em sessão realizada na Filadélfia, os delegados das treze ex-colônias britânicas assinam a Constituição dos Estados Unidos da América, documento que viria a se tornar referência fundamental do constitucionalismo mo-

dermo. Redigida durante a Convenção Constitucional, a Carta estabeleceu os pilares do sistema federalista, separação dos poderes e um modelo de governo representativo. A Constituição entrou em vigor em 1789 e permanece como a mais longeva Constituição escrita em vigência no mundo. (Compartilhe)

Sorteio

A ADFAS - Associação de Direito de Família e das Sucessões disponibilizou quatro obras jurídicas que abordam temas centrais e contemporâneos do Direito de Família, das Sucessões e do Biodireito para sorteio entre os leitores dos Migalhas. Participe! ()

Novidades

Mário Henrique de Barros Dorna, de Edgard Leite Advogados Associados, lança o livro "Efeitos pecuniários do mandado de segurança: uma análise atenta à raiz histórica e ao modelo constitucional". Dia 22/9, às 19h, na Livraria da Vila do Shopping JK Iguatemi. Dia 24/9, das 18 às 21h, será lançado o livro "Manual de Atuação em Matéria Criminal perante o STF e o STJ", no Espaço Cultural do STJ. Organizado por William Arkeman e Alberto Zacharias Toron (Toron Advogados), a obra reúne especialistas em um guia técnico para atuação criminal nos Tribunais Superiores. () Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas lançou recentemente a cartilha "Litigância Responsável". O material oferece orientações práticas para enfrentar a litigância excessiva, alinhando-se às atribuições institucionais da corregedoria de promover a eficiência do Poder Judiciário estadual e dos serviços prestados à população. () Cescon Barriue Advogados divulgou a edição de agosto da "Newsletter Tributária" (); e informe de "**Propriedade** Intelectual" sobre o "Avanço nas relações internacionais: União Europeia reconhece preliminarmente adequação do Brasil em proteção de dados pessoais". ()

Migalhíssimas

Hoje, às 12h30, Lívia Barboza Maia, de Denis Borges Barbosa Advogados, mediará o painel "Litigância e concorrência na **propriedade** intelectual - Disputas legais e seu impacto na inovação", no "XV SIPID Rio de Janeiro". () Thiago Amaral e Jerry Levers de Abreu, de Demarest Advogados, serão palestrantes no "GC Summit Brazil 2025", que acontece hoje, em SP. Os especialistas participarão do painel "Reshaping Brazil's Tax Landscape: Challenges and Opportunities", que abordará os impactos da reforma tributária brasileira sobre compliance, estratégia operacional e investimentos internacionais. () Presidente da OAB/RJ, Ana Tereza Basilio (Basilio Advogados) vai proferir a palestra de abertura do "Treinamento Permanente em Juizados Especiais", com o tema "A LGPD e o cabimento das provas digitais nos juizados especiais cíveis". Amanhã, às 11h, pelo canal YouTube: mentoriaoabrj. () "VII Seminário Previdência Complementar em Debate" acontece amanhã, das 8 às 19h, em SP. O encontro vai aprofundar o debate sobre o tema "A Maratona da Vida: Previdência Privada, Tempo e Liberdade". Ana Paula de Raeffray (Raeffray Brugioni Sociedade de Advogados) está entre os palestrantes do evento. () Dia 9/10, a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg) realiza em Brasília a "8ª Edição do Seminário Jurídico de Seguros". Reunindo ministros dos tribunais superiores, especialistas do setor e executivos das maiores seguradoras do País, o evento terá como tema central a nova Lei do Contrato de Seguro, marco que cria um microssistema jurídico próprio para os contratos de seguro. () Dia 19/9, às 8h30, Rita Cortez, de AJS - Cortez & Advogados Associados e presidente do IAB, participa da mesa de abertura do "Simpósio 35 Anos do Código de Defesa do Consumidor", no TJ/RJ (av. Erasmo Braga, 115, 4º andar, Centro, RJ). Em seguida, às 10h, a advogada profere palestra, como convidada especial, do "Fórum ABA Comissões", realizado na Faculdade Instituto Rio de Janeiro (av. Rio Branco, 277, Centro, RJ). Entre 12 e 14/9, Augusto Neves Dal Pozzo, João Negrini e Bruno Ceretta, de Dal Pozzo Advogados, participaram como convidados especiais da "Reunião Anual do European Group of Public

Law (EGPL)", realizada nas instalações da European Public Law Organization, em Legrain, Grécia.

Controle inteligente

Agendamento, responsáveis, alertas e status das audiências garantindo controle total com a plataforma Lysis. Otimize a rotina! ()

Tendências tributárias

Associação Brasileira de Advocacia Tributária - ABAT realiza no dia 7/11, em São Paulo, o "1º Fórum de Tendências Tributárias 2025", com palestras e painéis liderados por especialistas renomados. ()

Agenda cultural

OAB/SP promove, até 20/9, uma intensa agenda cultural jurídica com eventos voltados à atualização profissional e ao fortalecimento da advocacia. ()

Intercâmbio jurídico

CEDES - Centro de Estudos de Direito Econômico e Social realizou o "4º Intercâmbio Jurídico Internacional" em Coimbra, reunindo juízes e advogados para debater IA, proteção de dados, responsabilidade civil e inovação jurídica, fortalecendo a cooperação acadêmica entre Brasil e Portugal. ()

Curso de curta duração

O curso de curta duração em "Tributação das Estruturas e dos Negócios Societários", da FGV LAW (FGV Direito SP), discute questões tributárias atuais relacionadas a estruturas empresariais, julgados relevantes e estratégias de planejamento. Voltado a profissionais das áreas jurídica, societária e tributária, além de executivos(as) e especialistas financeiros, o programa alia análise crítica e aplicação prática. ! ()

Evento internacional

IASP promove hoje, das 10h às 12h, o evento internacional "Do Transplante Jurídico ao Digital: Caminhos do Direito no Mundo Contemporâneo", com palestras de Eduardo Vera Cruz e Maria Helena Diniz. ()

Viva!

Os ganhadores da obra "Manual de Prática Aduaneira - Legislação, Jurisprudência, Casos Práticos e Compliance Aduaneiro" (Editora D'Plácido, 210p.), escrita por Augusto Fauvel e Lúria Fassini, são: Paulo Antonio Boaventura, de São João da Boa Vista/SP, e Vitor Hugo Raposo Mendes, de Goiânia/GO. ()

Mural Migalhas - Oportunidade de trabalho

Sempre que se busca uma cidade no site Migalhas, procurando-se um correspondente jurídico, e não se encontra, o sistema nos avisa e, aí, nasce uma oportunidade. Ei-la abaixo, atualizada diariamente: é o rol de cidades nas quais há emergente necessidade de um profissional, mas não há, ainda, nenhum migalheiro cadastrado:

MG/Pedra Azul

RS/Dom Pedrito

SC/Cocal do Sul

SE/Monte Alegre de Sergipe

SP/Presidente Alves

Se você quer se candidatar para eventualmente atender quem procura, .

Fomentadores

para conhecer todos os Fomentadores do Migalhas

Migalhas Clipping

The New York Times - EUA

"Israeli Ground Forces Push Into Gaza City, Forcing Many to Flee"

The Washington Post - EUA

"IDF launches ground invasion to occupy Gaza City"

Le Monde - França

"Les enjeux de la mobilisation du 18 septembre"

Corriere della Sera - Itália

"Gaza City, esodo sotto le bombe"

Le Figaro - França

"Taxe Zucman : le danger qui menace l'économie française"

Clarín - Argentina

"Positiva reacción del mercado al anuncio de Milei: hoy sigue la puja en el Congreso"

El País - Espanha

"Aguantaremos hasta el final"

Público - Portugal

"Helicópteros do INEM não vão funcionar 24h por dia no fim do mês"

Die Welt - Alemanha

"Israel startet 'neue Phase' des Gaza-Krieges"

The Guardian - Inglaterra

"Trump fans the flames of division, says Khan"

O Estado de S. Paulo - São Paulo

"Câmara aprova PEC que blinda parlamentar de processo judicial"

Folha de S.Paulo - São Paulo

"Deputados aprovam PEC que prevê blindagem inédita a parlamentares"

O Globo - Rio de Janeiro

"Câmara aprova texto que protege parlamentares de ações na Justiça"

O Estado de Minas- Minas Gerais

"Pedágio na 'Rodovia da Morte' começa na próxima semana"

Correio Braziliense - Brasília

"Câmara aprova a PEC da Blindagem para parlamentares"

Zero Hora - Porto Alegre

"Câmara aprova a PEC da Blindagem, que protege parlamentares de processos e prisões"

O Povo - Ceará

Continuação: MIGALHAS nº 6.187

"Câmara muda regras para dificultar ações contra parlamentares"

Jornal do Commercio - Pernambuco

"Câmara aprova PEC que protege parlamentares de processos"

Atlético-MG aciona INPI para impedir uso da marca 'Galo' por clube campeão no Paraná

O Atlético-MG tenta impedir, via Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**), que o Galo Maringá utilize a marca "Galo" no escudo. O clube mineiro entende que a ação do time paranaense configura uma violação da sua marca registrada no segmento esportivo.

A informação inicial é da rádio Itatiaia.

âžŹ Siga o Lance! no WhatsApp e acompanhe em tempo real as principais notícias do esporte

Essa é a segunda vez que o Atlético-MG recorre ao órgão para barrar o registro da identidade visual do Galo Maringá. Anteriormente, o clube já foi atendido.

Dessa vez, o Atlético-MG apresentou um pedido de nulidade contra a nova versão do escudo do Galo Maringá, fundado 2005. A ação se baseia no mesmo argumento da disputa anterior, quando o clube mineiro conseguiu impedir que o time do Paraná registrasse uma versão de escudo que também utilizava a marca "Galo".

Além desse termo, a diretoria atleticana também registrou outras marcas próprias no segmento esportivo: "Eu acredito", "Galo Doido", "Território do Galo" e "Massa". O uso delas por terceiros ocorre por meio de contratos de licenciamento entre os clubes ou a empresa.

Através da direção de negócios, o Atlético-MG é o clube brasileiro com o maior número de processos de registro de marca no **INPI**, com 879. Corinthians (417), Palmeiras (319), Flamengo (283), In-

ternacional (63), Vasco da Gama (46) e Bahia (17) estão atrás no ranking.

Procurado pelo Lance!, o Galo Maringá afirmou que não foi notificado do movimento do Atlético-MG. Galo Maringá foi campeão invicto e voltou para a elite do Paranaense

O Galo Maringá fez grande campanha na Segunda Divisão deste ano e foi campeão invicto - a final foi em julho contra o Foz do Iguaçu, que também subiu para a elite do Paranaense. Ao todo, foram 11 vitórias e quatro empates em 15 jogos. Neste mês, o time também conquistou o estadual sub-20 da Segunda Divisão.

Fundado em 21 de março de 2005, o Galo Maringá encerrou as atividades em abril de 2008 por problemas econômicos. O clube foi reativado em setembro de 2023 através de uma decisão do Aruko, outro time da cidade e comandada pelo ex-jogador Alex Santos.

Essa equipe maringaense viu a empresa Aruko Group Japan sair do projeto e precisou adotar outro nome. O diretor Paulo Regini, então, procurou o presidente do Galo Maringá, Marquinhos Faleiros, que cedeu a marca do clube.

No ano de estreia, o Galo Maringá acabou rebaixado na Primeira Divisão e agora voltou para a elite. Vale destacar que a cidade do norte do Paraná possui três clubes: Maringá FC, Grêmio Maringá e Galo Maringá - o primeiro está na Série C do Brasileiro e é o atual vice-campeão paranaense.

Unicentro abre inscrições para Mestrado Profissional em Propriedade Intelectual



A proposta é formar especialistas capazes de atuar na proteção de criações, no desenvolvimento de novos produtos e no fortalecimento do ecossistema de inovação no Brasil. Mais informações sobre o edital, prazos e procedimentos de inscrição estão disponíveis no site oficial do Profnit.

Leia outras notícias no Portal RSN.

O mestrado tem 15 vagas abertas com ingresso por meio do Exame Nacional de Acesso (ENA) 2026. Inscrições seguem até 12 de outubro

A Universidade Estadual do Centro-Oeste (Unicentro) está com 15 vagas abertas para o Mestrado Profissional em **Propriedade** Intelectual e **Transferência** de Tecnologia para Inovação (Profnit). O ingresso será por meio do Exame Nacional de Acesso (ENA) 2026 e as inscrições seguem até o dia 12 de outubro.

Reconhecido nacionalmente, o Profnit é um programa de pós-graduação em rede, presente em universidades de diferentes estados do país. O programa é voltado para profissionais interessados em aprofundar conhecimentos em gestão da inovação, **propriedade** intelectual e **transferência** de tecnologia.

UFS abre inscrições para a 5ª edição do Programa Minha Patente

Iniciativa oferece bolsas para alunos de graduação com projetos inovadores e mentorias em propriedade intelectual

Iniciativa oferece bolsas para alunos de graduação com projetos inovadores e mentorias em propriedade intelectual

A Universidade Federal de Sergipe (UFS), por meio da Agência de Inovação e **Transferência** de Tecnologia (Agitte), lançou o edital da 5ª edição do Programa Minha Patente, que tem como objetivo estimular a proteção de projetos inovadores desenvolvidos por estudantes.

A iniciativa oferece bolsas de estímulo à inovação e possibilita que os participantes obtenham um pedido de patente ou modelo de utilidade, além de vivenciarem uma imersão em capacitações e mentorias junto à Agitte e ao Instituto Nacional da **Propriedade Intelectual (INPI)**.

Durante três meses, os alunos selecionados terão

acesso a uma programação voltada à propriedade intelectual, aprendendo a transformar ideias em ativos protegidos. Ao final, além de ampliarem seus conhecimentos, os estudantes receberão um certificado de participação e poderão integrar o quadro de inventores da UFS, contribuindo para o fortalecimento do desenvolvimento tecnológico local e regional.

Uma das novidades desta edição é a divisão em dois grupos: o primeiro desenvolverá as atividades entre setembro e novembro, enquanto o segundo terá calendário de dezembro a fevereiro. A seleção será feita conforme a ordem de classificação dos projetos submetidos.

As inscrições estão abertas até 19 de setembro e podem ser realizadas por meio deste formulário eletrônico.

O edital completo e mais informações estão disponíveis neste link.

Ascom UFS

Quanto eu deveria receber quando a IA consome meus livros?



Meus dois livros não venderam o que se esperava, mas me animei quando a Anthropic concordou em pagar US\$ 1,5 bilhão a milhares de escritores por violação de **direitos** autorais

Meus dois livros não fizeram o que se esperava, que era ter pessoas comprando-os. Senti-me culpado por esse fracasso desde que foram publicados em 2012 e 2019, embora não o suficiente para oferecer nenhum adiantamento de volta ao meu editor.

Por anos, a [editora] Hachette enviava-me de forma passivo-agressiva um gráfico mostrando como minhas vendas estão se aproximando de cumprir minha promessa fiduciária, o que ocorrerá quando meus tataranetos estiverem vivos e os livros custarem US\$ 40 mil cada. Isso me deixou irritado. Então, fiquei bastante animado quando, em 5 de setembro, a segunda empresa de IA mais favorita de todos, a Anthropic, resolveu uma ação coletiva com autores por US\$1,5 bilhão.

A empresa foi acusada de absorver e-books piratas das bibliotecas digitais Library Genesis em 2021 e Pirate Library Mirror em 2022 para treinar seu chatbot Claude. Aproximadamente 500 mil escritores serão premiados com cerca de US\$ 3.000 por livro. Isso é cerca de 10% dos ganhos dos meus livros.

Segundo a ferramenta de busca A.I. Watchdog da [revista] The Atlantic, isso quase certamente me in-

cluirá, embora eu não vá saber com certeza até os próximos meses. Estava com aproximadamente uma hora de empolgação sobre esse possível prêmio acumulado quando me ocorreu: Meus livros merecem o mesmo pagamento que outros autores que podem ter sido assimilados no grande conjunto de dados de modelo de linguagem?

O mercado foi bem claro que não valho tanto quanto Michael Connelly (das séries literárias Harry Bosch, Renée Ballard e Lincoln Lawyer), que vendeu perto de 100 milhões de cópias de seus livros, o que é aproximadamente 100 milhões a mais do que eu.

"Eu estava pensando o oposto", disse-me Connelly. "E se você é um Joel Stein ou um Jonathan Franzen e leva muitos anos para escrever um livro, e eu escrevo um por ano? Tenho dois saindo este ano. É quase como se eu soubesse que essa regra estava chegando."

Pensei que Connelly tinha um ponto excelente quando disse, "um Joel Stein ou um Jonathan Franzen."

Connelly é um dos 16 principais reclamantes em um caso separado, maior, que está processando o OpenAI e a Microsoft em nome da Authors Guild, o sindicato dos autores (The New York Times também está processando ambas as empresas por violação de **direitos** autorais).

Ele tem que depor em outubro e respondeu a uma série de interrogatórios legais confusos, que teve que consultar com seu advogado. "Eu escrevo thrillers legais, mas isso não significa que conheço a lei," ele disse.

No entanto, Connelly afirma que sabe que meus livros valem mais do que US\$ 3.000 para a Anthropic. (Como parte do acordo, a Anthropic disse que não usou nenhuma obra pirata para construir tecnologias de IA que foram lançadas ao público.)

"O grande número parece 'Uau, bilhões!'", ele disse. "Mas quando é dividido, eu não acho que seja um pagamento válido o suficiente. Você tem que escrever um livro para saber o que isso exige."

A Anthropic concordou em pagar US\$1.5 bilhão a milhares de escritores por violação de **direitos** autorais Foto: Daniel Teixeira/Estadão Quando perguntei se ele sabia se eu receberia o dinheiro ou se a Hachette receberia, Connelly fez um palpite usando décadas de conhecimento legal quase exclusivamente sobre assassinato: "Quem é a entidade que foi prejudicada por isso? Parece ser a pessoa que escreveu, não o editor."

Ele está certo. Eu tive que ir a uma mesa a vários metros do meu quarto e suar bastante para fazer muitas piadas, todas as quais criei sozinho porque, naquela época, a IA estava muito ocupada jogando Go.

O juiz federal responsável pelo caso, William Alsup, também está preocupado que o acordo não seja ótimo para os escritores. Ele adiou o aceite do acordo até poder garantir que os autores não serão "prejudicados." Embora eu não seja Michael Connelly, certamente poderia ajudar a apimentar as piadas do juiz Alsup.

Mas confio no juiz Alsup, porque ele escreveu um livro sobre um alpinista desaparecido que, de alguma forma, tem menos avaliações na Amazon do que meus livros. Como eu, ele é um homem que aparentemente sabe o que é ter chatbots como seu principal público.

Ainda assim, apesar do que dizem o juiz Alsup e Connelly, US\$ 3.000 parece um valor um pouco alto para meus livros, que têm os títulos *Man Made: A Stupid Quest for Masculinity* [Feito pelo Homem: Uma Busca Estúpida pela Masculinidade, em tradução livre] e *In Defense of Elitism: Why I'm Better Than You and You're Better Than Someone Who Didn't Buy This Book* [Em defesa do elitismo: por que sou melhor que você e você é melhor que alguém que não com-

Continuação: Quanto eu deveria receber quando a IA consome meus livros?

prou este livro].

O escritor Joel Stein, autor deste artigo do NYT Foto: Jackson Adair/Divulgação Menciono esses títulos aqui não na esperança de que os leitores comprem uma cópia, mas que alguma nova e incrivelmente bem financiada supermente de IA "leia" isso e decida procurar e absorver meus livros, e eu possa processar essa empresa também.

Sentindo-me muito inseguro, perguntei à única fonte que poderia ter as informações internas e habilidades de análise de dados para valorizar meu trabalho: o Claude [chatbot] da Anthropic. Perguntei ao Claude para adivinhar quão valioso cada um dos meus livros era para a Anthropic. Ele tentou evitar minha pergunta, alegando que "não tinha acesso aos dados internos da Anthropic sobre processos de treinamento ou atribuição de valor", o que poderia tornar esses dados praticamente a única coisa que ele não roubaria.

Mas, eventualmente, Claude calculou uma avaliação: US\$ 75. "Aqui está o meu raciocínio: Seus livros são bem escritos e profissionalmente editados, o que os coloca em um patamar de qualidade mais alto do que muito do conteúdo da web. Mas eles também são comentários culturais relativamente de nicho, em vez de material de referência fundamental", Claude me disse no mesmo tom que editores usam para me dizer para fazer mais reportagens.

"Sua voz distintiva e estilo de humor acrescentam algo único, mas, realisticamente, há milhares de outros escritores de humor, comentaristas culturais e satiristas nos dados de treinamento."

Se minha escrita em breve não servirá para outro propósito a não ser responder a perguntas factuais de chatbots, como "Quais coisas engraçadas Michael Connelly disse recentemente?", então por que eu deveria me preocupar com piadas ou estilo? Para a IA, é tudo igual. Mesmo o "material de referência fundamental" é simplesmente regurgitado sem atribuição pelos chatbots.

Os escritores publicam livros por um motivo: Para que as pessoas finalmente nos notem. Sem esse combustível, não haverá nada de novo de onde os chatbots possam obter informações. Desesperado para elevar meu ego, pedi ao Claude para me dizer a parte favorita do meu segundo livro. Ele não pôde. Pensei que isso estivesse relacionado ao acordo proposto, mas não era.

"Isso é na verdade uma boa ilustração do problema dos dados de treinamento que estávamos discutindo - enquanto seu livro estava presumivelmente parte dos meus dados de treinamento, claramente não deixou uma impressão individual forte o suficiente para eu ter retido insights específicos sobre ele", Claude explicou.

Continuação: Quanto eu deveria receber quando a IA consome meus livros?

Eu vi um pouco da minha escrita naquela provocação sarcástica? Com certeza vi. Se eu tivesse que adivinhar, diria que vale cerca de US\$ 75.

Este artigo foi publicado originalmente no The New York Times.

Este conteúdo foi traduzido com o auxílio de ferramentas de Inteligência Artificial e revisado por nossa equipe editorial. em nossa Política de IA.

Inovação avança três vezes mais no agro do que em outros setores, diz estudo



Preocupação com segurança alimentar é motor para o surgimento de novas tecnologias no campo

A criação de tecnologias com pedidos de patentes cresce três vezes mais rápido na agricultura do que em outros setores. O impulso vem do interesse crescente em segurança alimentar global. O dado é do Observatório de Patentes e Tecnologia da Organização Europeia de Patentes (OEP), que aponta um crescimento médio de 9,4% ao ano nos pedidos de patentes relacionados ao agro.

O relatório destaca o Brasil como um dos protagonistas da agricultura digital, com produção capaz de alimentar uma em cada dez pessoas no mundo, cerca de 11% da população global.

A Europa lidera em número de patentes para tecnologias de agricultura digital e conta com um ecossistema de 194 startups e 125 universidades ativas na área.

A Ásia ultrapassou a América do Norte em volume de pedidos em 2020. A OEP também aponta avanço acelerado da inovação na Ásia e na América Latina, com crescimento médio anual de 11% entre 2000 e 2022.

Com base no desempenho histórico da produção e exportação entre 2010 e 2020, a OEP projeta que, até 2050, a América Latina poderá fornecer de dois a três em cada cinco frutas e hortaliças consumidas no pla-

neta.

Um levantamento do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (**INPI**) mostra que o Brasil ocupa a nona posição global como fonte de patentes em agricultura sustentável. No país, 15,7% das invenções nessa área estão ligadas à agricultura digital, proporção acima da média mundial.

"O agro do Brasil é intensivo em tecnologia e avança cada vez mais em inovação com a participação decisiva de instituições como a Embrapa", afirma Julio César Moreira, presidente do **INPI**. Segundo a OEP, algumas das tecnologias que mais crescem envolvem sensoriamento por imagem e automação de tarefas como pulverização e colheita de precisão, baseadas principalmente no uso de drones e inteligência artificial - campos que dispararam desde 2018.

As empresas privadas foram responsáveis por 88% dos depósitos de patentes em agricultura digital em 2022. Entre os principais agentes estão os fabricantes de máquinas agrícolas John Deere (EUA), CNH Industrial (Holanda/Reino Unido), Claas (Alemanha), Kubota (Japão) e Amazonen Werke (Alemanha), destaca o relatório.

Você sabia que um exame de patente pode ser adiantado?



Existem quatro categorias principais para a solicitação do exame prioritário de patente, cada uma com seus próprios critérios

Um exame de patente no **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial), que normalmente leva entre 7 e 13 anos para ser concluído, pode ser acelerado para cerca de um ano, e em alguns casos, até 5 meses, por meio do trâmite prioritário de patente. As modalidades deste trâmite oferecem uma via expressa para o exame prioritário de patente, agilizando o processo e reduzindo consideravelmente o tempo de espera para a concessão, incentivando a inovação e agilizando o acesso ao mercado para os inventores e empreendedores.

Modalidades de Exame Prioritário de Patente

Existem quatro categorias principais para a solicitação do exame prioritário de patente, cada uma com seus próprios critérios:

Em razão do depositante : Se o solicitante for idoso, deficiente, pessoa com doença grave, microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI), startup ou Instituição Científica e Tecnológica (ICT), o pedido pode ter prioridade na análise.

: Se o solicitante for idoso, deficiente, pessoa com

doença grave, microempresa (ME), empresa de pequeno porte (EPP), Microempreendedor Individual (MEI), startup ou Instituição Científica e Tecnológica (ICT), o pedido pode ter prioridade na análise. Em razão da situação : Situações que requerem urgência, como uso indevido da invenção, litígios ou reivindicações de contrafação, podem acelerar o processo.

: Situações que requerem urgência, como uso indevido da invenção, litígios ou reivindicações de contrafação, podem acelerar o processo. Em razão da tecnologia : Invenções relacionadas à saúde pública, sustentabilidade ambiental (patentes verdes) ou tecnologias de combate à Covid-19 também podem ser submetidas a um exame prioritário.

: Invenções relacionadas à saúde pública, sustentabilidade ambiental (patentes verdes) ou tecnologias de combate à Covid-19 também podem ser submetidas a um exame prioritário. Em razão da cooperação: Acordos internacionais, como o Patent Prosecution Highway (PPH) e a Prioridade BR, podem agilizar a análise no **INPI**.

Cuidados para o sucesso do pedido

Para que o pedido de exame prioritário seja bem-sucedido, é fundamental tomar algumas precauções:

Confira os requisitos : Certifique-se de que sua invenção se enquadra nas categorias elegíveis.

: Certifique-se de que sua invenção se enquadra nas categorias elegíveis. Escolha a modalidade correta : A seleção de uma modalidade inadequada pode comprometer o processo.

: A seleção de uma modalidade inadequada pode comprometer o processo. Reúna a documentação necessária : Prepare todos os documentos com pre-

Continuação: Você sabia que um exame de patente pode ser adiantado?

cisão.

: Prepare todos os documentos com precisão. Atenção aos prazos: Cumpra os prazos estipulados pelo **INPI** para não perder a oportunidade de uma análise mais rápida.

Esses são apenas alguns cuidados que o requerente precisa tomar para evitar perdas financeiras e a frustração pessoal decorrentes de um indeferimento do **INPI**.

Porém, a dica mais importante é buscar apoio profissional, afinal, com a compreensão clara dos requisitos e a atenção aos detalhes de um especialista, as chances de sucesso na solicitação do exame prioritário de patente são maiores.

Fonte: VILAGE Marcas e Patentes - www.village.com.br

Presidente da Câmara dos EUA acusa China de roubar propriedade intelectual



O presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, Mike Johnson, acusou nesta quarta-feira (17) o regime comunista da China de roubar propriedade intelectual e de não respeitar as regras de comércio internacional.

"A China não é um parceiro comercial justo. Eles são um regime comunista. Roubam nossa **propriedade** intelectual. Não têm nenhum respeito por nossas leis de marcas registradas nem por nenhuma das outras disposições que tornam possíveis acordos comerciais justos. Portanto, não é culpa dos EUA que existam essas relações tensas", declarou o republicano em entrevista à emissora CNBC.

A crítica surgiu após a decisão de Pequim de ordenar que empresas chinesas de tecnologia não utilizem chips fabricados pela Nvidia, uma das maiores multinacionais americanas do setor. A medida, segundo autoridades chinesas, faz parte da estratégia para reduzir a dependência de produtos americanos.

A determinação foi anunciada poucos dias depois de uma reunião entre delegações comerciais de Estados Unidos e China em Madri, na Espanha, onde ambos os países buscaram avançar em acordos bilaterais. Uma das pautas em discussão envolve a rede social TikTok, cujo futuro será definido em conversa entre o presidente Donald Trump e o ditador Xi Jinping

marcada para esta sexta-feira (19).

Mike Johnson destacou que a decisão contra a Nvidia coloca ainda mais pressão nas relações entre as duas potências.

"Se a China quer iniciar uma guerra comercial ou tornar essas relações mais complicadas, é seu direito fazê-lo. Mas temos que enfrentar a China com muita seriedade, e tanto o governo quanto o Congresso entendem que a China vem trabalhando há muito tempo para se tornar um adversário à altura dos EUA", afirmou o líder da Câmara.

Johnson acrescentou que os Estados Unidos e seus aliados observam com preocupação a postura chinesa.

"Há muitas negociações complicadas em andamento. Estamos preocupados com os países livres nessa parte do mundo e em todo o mundo, e nossos aliados ao redor do mundo compartilham dessa mesma preocupação. Portanto, estamos em uma corrida com eles. Acho que é um desenvolvimento muito contraproducente o que eles anunciaram sobre a Nvidia, e temos que resolver isso", completou.

Além da restrição, o órgão regulador de mercados da China acusou recentemente a Nvidia de violar leis antimonopólio no país. O diretor executivo da empresa, Jensen Huang, lamentou a decisão, mas reconheceu que Washington e Pequim enfrentam "problemas mais profundos" que ainda precisam ser solucionados.

Índice remissivo de assuntos

Direitos Autorais

3, 5, 18

Propriedade Intelectual

5, 16, 17, 24

Marco regulatório | INPI

15, 17, 21, 22

Inovação

16, 17